

## RESENHA

Carlos Eduardo B. Calvani

HICK, John - **A Metáfora do Deus Encarnado** - Petrópolis-RJ

Vozes, 2000. 230p.

(Tradução de Luíz Henrique Dreher).

A teologia anglicana não é muito conhecida no Brasil e quando uma editora nacional de grande porte publica um texto dessa natureza, sempre é bom divulgá-lo, sobretudo quando o mesmo é de altíssima qualidade literária e teológica.

É o caso do livro de John Hick, *A metáfora do Deus encarnado*. Todos sabem a importância dada pelos anglicanos à doutrina da Encarnação. A reflexão em torno da encarnação do Verbo estimulou o pensamento cristão nas Ilhas Britânicas desde Santo Anselmo (embora seja anacronismo chamá-lo “anglicano”), com sua obra clássica *Cur Deus Homo* até John A. T. Robinson, passando naturalmente por Frederick D. Maurice. O livro de Hick insere-se nessa tradição, abordando com coragem e competência uma das afirmações centrais e basilares da fé cristã.

Hick já é bem conhecido nos círculos teológicos. Foi o editor de um livro que causou rebulição nos círculos teológicos no final dos anos 70 - *The Myth of God Incarnate*. O livro foi alvo de muita discussão no Atlântico

Norte, provocou tumulto no Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra e motivou a escrita de diversos artigos que oscilavam entre o apoio efusivo e as reações mais inflamadas. Além disso, *The Myth [...]* provocou também a edição de pelo menos duas obras de réplica conservadora, uma delas editada por Michael Green (*The Truth of God Incarnate*), conhecido no Brasil por seu livro “A evangelização na Igreja Primitiva” (Ed. Mundo Cristão); a outra, réplica oriunda dos círculos evangélicos, chama-se *God Incarnate*, e foi escrita pelo não-menos conhecido George Carey, bem antes de tornar-se Arcebispo da Cantuária. O alvoroço causado por *The Myth...* motivou ainda discussões em *Incarnation and Myth: The Debate Continued* (Michael Goulder, ed. 1979), *The Logic of God Incarnate* (Thomas V. Morris, 1986) e *The Saga of God Incarnate* (Robert Crawford, 1988). Com *The Metaphor of God Incarnate* (publicado originalmente em 1993), Hick volta a inserir-se na discussão, agora abordando a questão à luz de outras preocupações de natureza teórica e teológica que têm lhe acompanhado no decorrer dos anos, sobretudo a linguagem teológica e o diálogo ecumênico com outras crenças - ele é autor, por exemplo, de *God and the Universe of Faiths* (1973), *An Interpretation of Religion* (1989), *A Christian Theology of Religions* (1995) e *The Fifth Dimension* (1999).

Em *A metáfora do Deus encarnado*, Hick, mais uma vez, mostra impressionante capacidade de argumentação e sugere uma abordagem diferenciada para a doutrina da Encarnação. Não é sua intenção descartá-la, como ele afirma logo na introdução, mas submetê-la a uma hermenêutica mais coerente com a própria natureza do vocabulário teológico. Hick observa que um dos maiores problemas da teologia é a insistência de ainda interpretar literal ou cientificamente, com categorias próprias da modernidade, um discurso que nasceu num ambiente pré-moderno e que tinha na metáfora sua forma privilegiada de expressão. Sua tese central é basicamente essa: “a aceitação da idéia da encarnação divina enquanto idéia metafórica [...] vemos em Jesus um ser humano extraordinariamente aberto à influência de Deus e que, portanto, viveu em uma medida extraordinária como agente de Deus na terra, ‘encarnando’ o propósito divino para a vida humana. Assim, ele corporificou, nas circunstâncias de sua época e lugar, o ideal da humanidade que vive em abertura e em atitude de resposta a Deus, e ao fazê-lo ele

‘encarnou’ um amor que reflete o amor divino” (p.25-26). Em suma, a linguagem bíblica da encarnação é uma linguagem metafórica e não metafísica. E todos sabemos que o discurso metafórico, por ser de natureza poética, não pode ser interpretado literalmente ou transformado em prosa, sem graves prejuízos.

A linguagem teológica em torno de Jesus exaltando-o como Senhor, Salvador, Filho de Deus, Messias e tantos outros títulos funcionais ou ontológicos nasceu em ambientes devocionais, extáticos, litúrgicos ou de espiritualidade missionária e não como exercícios de formulações teológicas precisas. O problema, para Hick, é que houve um momento em que esse discurso mítico-metafórico passou a ser interpretado metafisicamente, e essa, para ele, é a “heresia básica”: tratar a metáfora religiosa como metafísica.

A partir desse princípio, Hick empreende toda uma releitura da vida, morte e ressurreição de Jesus (cap.2), sempre procurando identificar o processo de encantamento e o contágio que as palavras e ações de Jesus despertavam nas pessoas simples da época. Hick revela-se não apenas um teólogo “sistemático” clássico, mas um teólogo profundamente atualizado no que se refere às mais recentes pesquisas exegéticas do Novo Testamento e que busca estabelecer a necessária ponte, por muitos desprezada, entre Teologia Bíblica e a Teologia chamada “Sistemática”. O capítulo 3, intitulado “De Jesus a Cristo”, analisa o processo formativo da doutrina da divindade de Jesus, empreendido já no período imediatamente posterior à sua morte, principalmente pelo apóstolo Paulo (“Paulo acomoda Jesus à sua própria teologia, tendo pouca consideração com a figura histórica”, p. 49). A essa altura, o leitor percebe que Hick sintoniza-se com a mais clássica corrente do liberalismo teológico, que já no século XIX defendia abertamente que o cristianismo tal como o conhecemos foi uma formulação muito mais paulina que do próprio Jesus. Porém, diferentemente do tom acusatório e anti-paulino que permeou alguns representantes do liberalismo no século XIX, Hick vê nesse processo um desenvolvimento natural do agir de Deus e do “evento Cristo.”

O conceito “evento Cristo” é derivado da interpretação existencialista do Novo Testamento promovida por Bultmann, segundo a qual, a fé cristã não é uma resposta ao Jesus de Nazaré em grande parte desconhecido,

mas sim à noção atual de “Jesus como o Cristo” (expressão cara também a Tillich). Deste modo, sempre que “o Cristo” é proclamado, tem-se uma continuação do evento de Cristo e oferece-se a possibilidade e oportunidade de os/as ouvintes participarem existencialmente desse mesmo evento. Hick, porém, não faz uma leitura excessivamente individualista e existencialista do “evento Cristo”, mas destaca o sentido eclesial e social desse evento: “A fé cristã não está centrada somente na pessoa de Jesus de Nazaré, mas *na memória desenvolvida pela Igreja*” (p.52, grifo meu). Trata-se da atualização social e comunitária do evento Cristo. Citando John Knox, Hick afirma: “a Encarnação originalmente não teve lugar dentro dos limites da existência particular de um indivíduo, mas sim na nova realidade comunitária, em princípio coextensiva com a humanidade, da qual ele foi o centro criativo” (p. 53).

O capítulo 4 (“A afirmação eclesial da divindade de Jesus”), aborda mais especificamente o processo histórico através do qual a linguagem metafórica da encarnação passou a ser interpretada literalmente, de acordo com os princípios da filosofia grega até tornar-se “dogma” no Concílio de Nicéia (325 AD). Foi ali que a Igreja passa a adotar o conceito não-bíblico de *ousia* em substituição às metáforas bíblicas oriundas da cultura semita. Ou seja, ali a teologia clássica começou a matar a poesia e a metáfora, transformando tudo em filosofia, ou nas palavras de Hick, “um filho de Deus metafórico se transformara no Deus Filho metafísico, segunda pessoa da Trindade” (p.66).

O capítulo 5 detém-se mais precisamente na definição ortodoxa do Concílio de Calcedônia, de onde provém o Credo Niceno, especialmente nas discussões referentes à doutrina das duas naturezas de Cristo. - uma pessoa (*prosopon*) e uma hipóstase, não dividida ou separada em duas hipóstases. Trata-se de compreender se Cristo tinha uma ou duas mentes, ou centros cognoscitivos - uma humana e outra divina (a antiga discussão monotelista), além das duas naturezas (a divina e a humana) e se a “vontade” do homem Jesus entrava em conflito com a “vontade” do Logos encarnado. Muitos talvez possam desprezar esse capítulo por considerá-lo muito técnico e pesado, mas o mesmo é extremamente relevante para a formação teológica, não apenas pelos dados históricos, mas principalmente pela abordagem feita

por Hick do conceito de “mente”, acompanhando as mais recentes descobertas e teorias da psiquiatria, fisiologia e psicologia. Nesse capítulo, Hick também polemiza com dois defensores modernos da Cristologia de Calcedônia (Thomas Morris e Richard Sturch), que tentaram “explicar” o funcionamento da mente de Jesus. Hick acusa-os de docetismo por reduzirem Jesus a um autômato ou robô de Deus, e conclui que “a velha fórmula de Calcedônia, que de fato somente afirmava a divindade e humanidade de Jesus, sem tentar explicar como isso podia ocorrer, possuía a vantagem do mistério - uma vantagem à qual Morris e Sturch perderam o direito ao tentar explicar com detalhes e de maneira inteligível o mistério” (p. 86).

Os capítulos seguintes são dedicados à interpretação quenótica ou do auto-esvaziamento divino em Jesus. A linguagem quenótica apresentou-se durante um tempo, particularmente nos anos 60, como uma alternativa viável para dinamizar a cristologia, mas Hick levanta, com competência, certas restrições ao uso exagerado e inadvertido desse conceito. O que ele mais critica é a falta de coerência lógica interna da linguagem quenótica aplicada à cristologia, aliada à falta de atenção em relação às conseqüências dessa linguagem para a doutrina de Deus. Em suma, Hick não considera o vocabulário quenótico um conceito operacional válido para a renovação da cristologia, devido aos problemas colaterais que causa

Um capítulo bastante interessante é “Encarnações múltiplas” (cap.9), no qual o autor se interroga se o Verbo poderia ter-se encarnado outras vezes, antes e depois de Jesus. Para muitos, o próprio fato de propor essa discussão, já cheira heresia. Hick, porém, observa que essa discussão não é nova. Na verdade vários teólogos do passado debruçaram-se sobre o tema, entre eles Tomás de Aquino, reconhecendo que a segunda pessoa da Trindade poderia, sim, ter assumido a natureza humana quantas vezes o quisesse e em quantos lugares e épocas fossem necessárias. Essa conclusão tomista, naturalmente, estimula Hick a vôos mais ousados que se seguirão nos capítulos seguintes.

Os próximos capítulos são dedicados à Soteriologia, mas especificamente ao tópico da Reconciliação, numa visão macro-ecumênica. Hick analisa alguns modelos soteriológicos que se firmaram na história da teologia, iniciando pela diferença cultural entre o Cristianismo oriental e

ocidental e passando pelos modelos do “resgate” (Orígenes), da “satisfação” (Santo Anselmo) e da justificação (linguagem forense da Reforma). Infelizmente, faltou a Hick conhecimento mais acurado do pensamento latino-americano para analisar o modelo da “libertação”, tão caro a nós do hemisfério sul. Hick defende a adoção de um novo modelo soteriológico - “A salvação como transformação humana” (cap. 12), que enfatize menos a linguagem forense da justificação e mais o perdão divino e a transformação gradativa dos seres humanos numa perspectiva mística de alcance social. Essa transformação passa, naturalmente, pela santidade, espiritualidade e ética (comportamentos novos em relação ao próximo), e pode ser identificada não exclusivamente nos limites da religião cristã, mas também em outras tradições religiosas (esse é o tema do capítulo 13).

A “transformação humana”, para Hick, é o agir atual de Deus em prol da libertação em escala mundial e ele observa que esse processo lança novas luzes sobre o próprio conhecimento da natureza de Deus, pois, uma vez que Deus está agindo salvificamente dentro e fora da Igreja, Ele também está se revelando. O que significa, portanto, abrir-se à Revelação de Deus nos processos salvíficos extra-cristãos? Esse é o tema do capítulo 14, “Verdade cristã e outras verdades”. A conclusão, (cap. 15), é feita em forma de pergunta: “O que isso significa para as Igrejas?” Aqui o/a leitor/a encontrará instigantes e inquietantes provocações para a Teologia contemporânea (especialmente a doutrina da Trindade), a Cristologia, a Missiologia e o diálogo inter-religioso.

Em suma, o livro é extremamente cativante, recheado de informações históricas capazes de fascinar qualquer estudante de Teologia, além de uma competente e dinâmica abordagem da doutrina da Encarnação. Destaca-se, sobretudo, a importância conferida à linguagem metafórica, talvez a mais própria para expressar realidades profundas e não totalmente capazes de racionalização. É a linguagem privilegiada pela poesia e pela religião. Ao discorrer sobre a linguagem metafórica, Hick se aproxima muito de uma antiga canção de Gilberto Gil, que merece ser ouvida, cantada e estudada em todos os cursos de teologia:

*Uma lata existe para conter algo  
Mas quando o poeta diz “lata”  
Pode estar querendo dizer “o incontível”  
Uma meta existe para ser um alvo  
Mas quando o poeta diz “meta”  
Pode estar querendo dizer “o inatingível”*

*Por isso não se meta a exigir do poeta  
Que determine o conteúdo em sua lata  
Na lata do poeta tudo/nada cabem  
Pois ao poeta cabe fazer  
Com que na lata venha a caber o incabível*

*Deixe a lata do poeta, não discuta  
Deixa a sua meta fora da disputa  
Meta dentro e fora, lata absoluta,  
Deixe-a simplesmente, “metáfora”*

Se formos capazes de compreender toda a linguagem bíblica e até mesmo algumas partes da dogmática como grandes metáforas do indizível, certamente estaremos no caminho do aprendizado de uma teologia mais apofática, que se dobre com mais reverência diante dos abissais e misteriosos rastros da Revelação divina. Hick, tal como Gil, solicita-nos que deixemos a linguagem metafórica que envolve a fé, simplesmente como metáfora mesmo.